

EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA.

RELATÓRIO DE GESTÃO ***Ano Civil de 2012***

I - Balanço do Ano 2012

- I.1 - Relato Genérico
- I.2 - Evolução da Atividade Formativa
- I.3 - Enquadramento Económico-Financeiro
- I.4 - Principais Investimentos

II – Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício e Perspetivas de Evolução para o Ano 2013

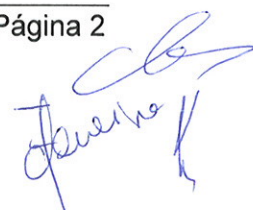
III - Proposta de Aplicação de Resultados



Relatório de Gestão – Exercício de 2012**I. BALANÇO DO ANO 2012****I.1 Relato Genérico**

As particularidades do contexto político, económico e social do país, limitaram global e genericamente, a ação de todas as escolas profissionais. Assim o ano de 2012 foi particularmente marcado:

- a. Pela existência de um governo sustentado numa maioria absoluta no Parlamento e com um programa que reafirma a aposta nas políticas de educação e formação de matriz qualificante, tendo como principal novidade a bandeira do "sistema dual";
- b. Pela redução significativa da despesa pública, na decorrência dos compromissos internacionais com a Troika, nomeadamente o orçamento da educação, com implicações diretas na redução de turmas nas escolas profissionais, dimensão que se procurou compensar com o aumento significativo do número de alunos por turma;
- c. Pela determinação do Governo em obrigar as fundações com participação pública e outras entidades proprietárias de escolas profissionais enquadradas nas empresas locais com participação municipal (Lei 50/2012) a adotarem um novo enquadramento societário num curto espaço de tempo sem ter em conta a situação concreta e a complexidade das exigências legais relacionadas com o direito de transmissão de estabelecimento;
- d. Pelas alterações que foram introduzidas no quadro normativo, sem audição ou consulta prévias, que agravaram as condições de funcionamento das escolas profissionais - turmas até 30 alunos, agravamento dos critérios para redução dos subsídios em virtude da desistência de alunos - mas também criaram mais dificuldades aos alunos e suas famílias: criação de regime distintivo e mais gravoso para acesso ao ensino superior, limitações ao acesso de alunos com 20 anos ou mais;
- e. Pela tomada ou anúncio de medidas de gestão, particularmente sentidas no domínio da reforma curricular, pela centralização dos serviços no 24 de julho, com desmantelamento das direções regionais de educação (DRE) e criação de uma nova DG com Direções de Serviços regionais;
- f. Pela desconstrução arrastada, incoerente e inconsequente, da Iniciativa Novas Oportunidades, enquanto conjunto de intervenções integradas nos domínios da qualificação e do reconhecimento de qualificações de jovens e adultos, de que a parte mais visível é o processo de morte lenta dos centros novas oportunidades ainda sobreviventes;



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

- g. Pela dificuldade na articulação da rede de oferta educativa e formativa a nível regional, apesar das tentativas e propósitos iniciais do MEC, rapidamente goradas e torpedeadas na prática na generalidade do território;
- h. Pela maior evidência da redução dos fluxos de procura, particularmente em regiões de menor densidade demográfica, dimensão agravada pelo aumento do abandono escolar por razões económicas e pela oferta, normalmente fora do período de início do ano letivo, do sistema de aprendizagem, com condições especiais de frequência mais vantajosas do ponto de vista dos apoios aos alunos;

Mas é também neste quadro complexo e exigente e num tempo em que sopram ventos adversos, que continuam de pé as bases fundacionais das escolas profissionais e os alicerces com que a partir do nada se ergueu uma nova forma de educação e formação qualificantes com forte ligação às necessidades locais e do tecido empresarial.

Apesar deste contexto global externo difícil e adverso, o ano de 2012 foi - para o projeto educativo da EPF- mais um ano compensador, pois conseguiu concretizar grande número de participações escolares em concursos e projetos nacionais e internacionais e alcançar excelentes resultados pedagógicos. A sua reputação, construída de forma sustentada ao longo dos anos e fortemente projetada pelos bons resultados pedagógicos alcançados e o sucesso do seu modelo educativo e formativo, têm permitido que a instituição mantenha bons níveis de captação de candidatos para a sua oferta formativa, permitindo-lhe, desse prisma, encarar com algum otimismo e positivismo os tempos futuros.

Contudo, a dinâmica interna de funcionamento registou também múltiplos aspetos negativos nas ocorrências do ano, que são alvo de forte preocupação e condicionam a atividade presente e futura da entidade, sem solução à vista:

A Lei 50/2012 de 31 de Agosto veio alterar de forma significativa e ainda absolutamente incerta, a estabilidade e o normal funcionamento institucional, numa adaptação forçada e sem tempo útil a uma lei juridicamente violenta e cega na sua aplicação, em particular ao caso das escolas profissionais que integram entes públicos na sua entidade proprietária, como é o caso da Escola Profissional de Felgueiras.

Face a um contexto tão preocupante, a sócia minoritária viu-se forçada a, em Dezembro de 2012, retirar as garantias bancárias pessoais que concedia à sociedade e que suportavam as 2 contas-correntes caucionadas que esta detinha perante as entidades bancárias para suporte à sua atividade regular de tesouraria, encontrando-se a mesma atualmente sem qualquer solução de financiamento que lhe permita fazer face a eventuais atrasos no recebimento das verbas de

Relatório de Gestão – Exercício de 2012

cofinanciamento comunitário, de que depende quase em exclusividade. Esta situação é do pleno conhecimento da sócia maioritária, que, até ao momento, não apresentou qualquer solução alternativa.

As sucessivas Leis dos Orçamentos de Estado, que desde 2011 vêm mantendo a imposição das reduções remuneratórias e congelamento de carreiras aos colaboradores da instituição, continuam a provocar mal-estar e incompreensões no seio da equipa de colaboradores.

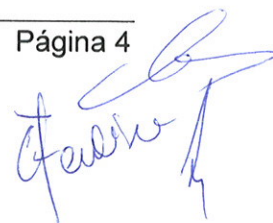
A integração da entidade na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, obrigou a uma adaptação forçada e incongruente de procedimentos que claramente não se coadunam com a dinâmica de funcionamento de uma escola profissional privada.

A falta de informação tutelar sobre o futuro da atividade da rede nacional de Centros Novas Oportunidades, afetando particularmente o Centro Novas Oportunidades da EPF - cujo encerramento e extinção é nesta data já um dado adquirido - obrigou à necessidade de se concretizar em Dezembro passado a cessação dos contratos de trabalho de grande parte da Equipa Técnica e a integração dos restantes elementos na estrutura formativa da entidade, com os custos sociais, laborais e financeiros fortemente penalizadores, daí decorrentes.

Também os financiamentos atribuídos à entidade sofreram perdas importantes relacionadas com a desistência de alunos de algumas turmas, que implicaram redução de financiamento, bem como o funcionamento das turmas de CEF - Cursos de Educação e Formação de Jovens em novo regime de Custos Unitários, cujas tabelas estão fortemente sub-financiadas, não permitindo albergar os reais custos desta formação, cujo défice tem que ser suportado com recurso ao financiamento dos cursos profissionais.

Foi igualmente um ano de forte contração da atividade formativa, com a diminuição acentuada, a nível nacional, da oferta de cursos EFA - Educação e Formação de Adultos e a aprovação tardia de Formações Modulares Certificadas (que não foi suficiente para compensar as ações EFA não repostas) numa clara inversão de paradigma e extinção assumida da Iniciativa Novas Oportunidades.

Contudo e como aspeto positivo, os fluxos financeiros dos projetos melhoraram significativamente sob influência da Troika, chegando com brevidade e regularidade à instituição, o que permitiu uma gestão mais saudável e equilibrada do orçamento global.



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

As taxas de execução financeira dos projetos foram as seguintes:

- **POPH/1.2 - Cursos Profissionais**
 - Ano letivo 2011/12 - 99,7% (**Saldo Final***)
 - Ano letivo 2012/13 - 36% (**Saldo Intermédio***)
- **POPH/1.3 - Cursos de Educação-Formação**
 - Ano letivo 2011/12 - 94% (**Saldo Final***)
 - Ano Letivo 2012/13 - 36% (**Saldo Intermédio***)

(* - Financiamento em tabela de custos unitários)
- **POPH/2.1 - Reconhecimento, Validação e Certif. de Competências**
 - Ano civil 2012 - 89% (**Saldo Intermédio****)
- **POPH/2.2 - Cursos de Educação e Formação de Adultos**
 - Ano civil 2012 - 79% (**Saldo Final****)
- **POPH/2.3 - Formações Modulares Certificadas**
 - Ano civil 2012 - 30% (**Saldo Intermédio****)

(** - Financiamento em custos reais)

A oferta formativa desenvolvida pela entidade no mesmo período, foi, em termos médios, a seguinte:

- No âmbito do Eixo 1 do POPH:

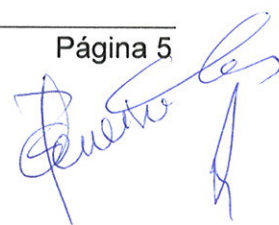
- . 12 ações da Tipologia 1.2 - Cursos Profissionais
- . 2 ações da Tipologia 1.3 - Cursos de Educação-Formação de Jovens

- No âmbito do Eixo 2 do POPH:

- . 1 ação da Tipologia 2.1 - Centros Novas Oportunidades
- . 4 ações da Tipologia 2.2 - Cursos de Educação-Formação de Adultos/
Certificação Escolar
- . 1 ação da Tipologia 2.2 - Cursos de Educação-Formação de Adultos/
Dupla Certificação
- . 7 ações da Tipologia 2.3 - Formações Modulares Certificadas/
Componente de Base
- . 10 ações da Tipologia 2.3 - Formações Modulares Certificadas/
Componente Tecnológica

No capítulo dos investimentos, foi um ano de forte investimento para responder às exigências das ofertas formativas disponibilizadas à comunidade, em particular as que constituem oferta mais recente da entidade e também no domínio das instalações.

O corpo geral de colaboradores, quer interno, quer externo, diminuiu, em consequência direta da contração da oferta formativa disponibilizada, particularmente



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

com a previsível extinção do Centro Novas Oportunidades e inexistência de reposição de cursos EFA.

No que respeita ao Gabinete Técnico da EPF - G-TEK, a sua atividade manteve-se praticamente residual.

A Entidade continuou o seu percurso de **Avaliação Externa da Qualidade de Ensino**, mantendo-se no Programa AVES, dinamizado pela conceituada Fundação Manuel Leão, visando a realização de uma atividade programada, sistémica e sistematizada de avaliação da nossa qualidade de ensino, nos processos educativos da escola e da sala de aula e do grau de satisfação dos vários membros da comunidade escolar.

Globalmente, foi mais um ano intenso de trabalho, em que a Escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor - denominador comum de toda a comunidade escolar - traduziu-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa, de que nos permitimos destacar:

- **O bom nível de execução do Plano Anual de Atividades Escolares/ Qualificação Inicial** - documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete a sua metodologia de ensino e aprendizagem fortemente baseada em trabalho de projeto e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição. Dos excelentes resultados obtidos, destacam-se:
 - **Concurso Escolar INOVA**
 - 1º Edição/ Lisboa - **Vencedor da região DREN – 1º Lugar** na categoria **Escola**, com o Projeto **"Casa Domótica Sustentável"**;
 - **Concurso Internacional de Criadores de Moda "LENÇOS DOS NAMORADOS"**
 - 1ª Edição/ Vila Verde - **1º Lugar** na categoria **Acessórios**;
 - **Concurso Internacional de Jovens Estilistas "CREATIVI DOC"**
 - 9ª Edição/ Itália - **1º Prémio** na categoria **"Senhora"**;
 - **Projeto de Empreendedorismo JUNIOR ACHIEVEMENT**
 - **Concurso/ Lisboa** - Dois projetos na Final Nacional e obtenção de uma **Menção Honrosa**, com o projeto **"Box to Collect"**;
 - **MOSTRA NACIONAL DE CIÊNCIA**
 - **20º Concurso Nacional de Jovens Cientistas e Investigadores/ Lisboa** - participação com 8 projetos escolares e obtenção do **1º Lugar** na categoria **"Ciências Sociais"** com o projeto **"Tas Droid"** e **Menção Honrosa** na categoria **"Engenharias"** com o projeto **"UAV"**;

Relatório de Gestão – Exercício de 2012

- **Concurso CIÊNCIA NA ESCOLA**
 - Fundação Ilídio Pinho/ Porto - 5 Projetos apurados para a Final Nacional;
- **Festival Nacional de Robótica**
 - Guimarães – 4º Lugar na categoria "Busca e Salvamento";
- No decorrer do ano, muitas outras participações de âmbito escolar foram concretizadas, nomeadamente participações, entre outras, nos concursos RobotParty, Olimpíadas da Energia e Sustentabilidade, Concurso Twist - Faz a Tua Energia, Regata de Barcos e Carros Solares, Green Project Awards , Ecochallenge, Concurso de Chapéus em Reciclados.
- **A boa experiência do Centro Novas Oportunidades** - um projeto estratégico de qualificação da população adulta ativa da região e com resultados meritórios que conhece agora o seu desfecho, após quase 7 anos de existência, com ele se encerrando em definitivo o capítulo da Iniciativa Novas Oportunidades.
- **A boa experiência das ofertas formativas de qualificação de adultos** - cursos EFA e Formações Modulares Certificadas - cuja pertinência formativa se mantém no atual contexto regional de qualificação imperiosa do território e dos seus recursos humanos.

I.2 Evolução da Atividade Formativa

Apesar de um contexto geral particularmente severo e recessivo e das vicissitudes específicas do seu modelo de financiamento e funcionamento , em termos globais, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:

- **Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POPH):**

a) Turmas e Cursos

Estabilizou no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 7 cursos:

Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção - **3 turmas**

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria - **2 turmas**

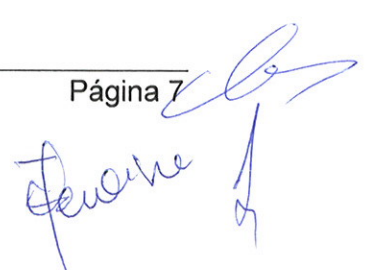
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos - **2 turmas**

Técnico de Multimédia - **1 turma**

Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação - **1 turma**

Técnico de Design de Moda - **1 turma**

Técnico de Energias Renováveis - **2 turmas**



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

b) Alunos

Em consequência do aumento do número de alunos por turma, nos 1ºs anos curriculares, o Corpo Discente acolhe atualmente cerca de 266 alunos.

c) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 292.600 horas de formação.

d) Taxas de Conclusão

As turmas finalistas em Julho de 2012, apresentaram as seguintes taxas de conclusão:

- Técnico de Gestão/Planeamento e Produção
 - ✓ **83% de conclusão** - 19 formandos diplomados
- Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação
 - ✓ **90% de conclusão** – 17 formandos diplomados
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
 - ✓ **79% de conclusão** - 11 formandos diplomados
- Técnico de Multimédia
 - ✓ **79% de conclusão** - 15 formandos diplomados

e) Empregabilidade

Malgrado o contexto socio-económico nacional desfavorável e particularmente adverso à inserção dos jovens no mercado de trabalho, as taxas de empregabilidade dos nossos formandos finalistas mantiveram elevado desempenho, atingindo os seguintes valores:

- Técnico de Gestão/Planeamento e Produção
 - **83% de empregabilidade**
(84% no mercado de trabalho e 16% no ensino superior)
- Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação
 - **89% de empregabilidade**
(94% no mercado de trabalho e 6% no ensino superior)
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
 - **93% de empregabilidade**
(92% no mercado de trabalho e 8% no ensino superior)
- Técnico de Multimédia
 - **67% de empregabilidade**
(92% no mercado de trabalho e 8% no serviço militar)

Relatório de Gestão – Exercício de 2012

Os resultados finais alcançados são confortáveis e compensadores, pois espelham e são consequência do esforço coletivo, empenhado e perseverante dos formadores e demais equipa pedagógica da escola.

O esforço de manutenção de elevadas taxas de conclusão dos cursos continua a apresentar-se como condição necessária à ação educativa, dado o peso fundamental deste parâmetro no processo de avaliação externa da entidade perante as suas entidades tutelares, fazendo parte integrante da contratualização de resultados que é anualmente formalizada entre as partes. Realça-se mais uma vez que a escola pauta, também, a sua intervenção por uma atitude proativa, colaborante e contínua no acompanhamento dos formandos que ainda não concluíram os seus percursos formativos, visando o sucesso educativo pleno.

➤ Cursos de Educação-Formação de Jovens (Tipologia 1.3 do POPH):

a) Curso de Educação-Formação (CEF) de Tipo 2

Manteve-se o número de turmas desta tipologia, com 2 turmas do CEF de Eletricista de Instalações.

b) Alunos

O curso envolve duas turmas com um total de 37 formandos.

c) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 40.700 horas de formação.

d) Taxa de Conclusão

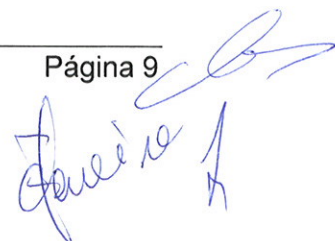
A turma finalista em 2012, apresentou uma taxa de conclusão de 100%, quer em termos de certificação escolar, quer em termos de certificação profissional (16 alunos).

e) Empregabilidade

A turma finalista em 2012 alcançou 100% de empregabilidade (56% no mercado de trabalho e 44% na prossecução de estudos no ensino profissional).

➤ Centro Novas Oportunidades/ RVCC (Tipologia 2.1 do POPH):

O Centro Novas Oportunidades da EPF realizou em 2012 o seu último ano de atividade completa. Apesar de ter financiamento e funcionamento assegurado inicialmente apenas até Agosto de 2012, viu a sua prorrogação autorizada pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, primeiro até 31 de Dezembro de 2012 e posteriormente até 31 de Março de 2013, nesta última fase já em regime de funcionamento de serviços mínimos e com uma equipa de recursos humanos minimalista. Com a entrada em vigor da Portaria N° 135-A/2013 de 28 de



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

Março, deu-se o seu processo de extinção, com efeitos a 31 de Março de 2013 e que terá que ser formalizado junto da tutela até Julho de 2013.

No decurso do ano 2012, alcançou as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

- No Nível Básico

- 130 inscritos (81% de execução)
- 164 encaminhados (108% de execução)
- 121 em processo de reconhecimento (111% de execução)
- 163 certificados (154% de execução)

- No Nível Secundário

- 135 inscritos (127% de execução)
- 114 encaminhados (113% de execução)
- 42 em processo de reconhecimento (70% de execução)
- 104 certificados (182% de execução)

➤ Cursos EFA - Educação e Formação de Adultos (Tipologia 2.2 do POPH):

a) Turmas e Cursos

Nesta tipologia de formação e no âmbito dos 2 projetos aprovados para execução no triénio 2010-2011-2012, procedeu-se à execução final/remanescente das suas ações:

- 1 ação do Curso EFA Secundário - Dupla Certificação de Técnicas de Apoio à Gestão (*término em Junho de 2012*)
- 3 ações do Curso EFA Secundário Escolar Tipo A (*término em Junho de 2012*)
- 1 ação do Curso EFA Secundário Escolar Tipo B (*término em Fevereiro de 2012*)

b) Alunos

As ações envolveram neste período 70 adultos, em regime pós-laboral.

c) Número de Horas

No período em apreço registou-se um volume de formação de 14.820 horas.

➤ FMC's - Formações Modulares Certificadas (Tipologia 2.3 do POPH):

a) Unidades de Formação

Nesta tipologia de formação, a entidade viu aprovados 2 projetos para execução no biénio 2012-2013, que se encontram em execução:

- 1 projeto de FMC's/ Componente de Base, para 8.000 horas de formação;
- 1 projeto de FMC's/ Componente Tecnológica, para 27.500 horas de formação

b) Alunos

As ações envolveram no período em apreço, 326 adultos, em regime pós-laboral.

c) Número de Horas

No período em apreço registou-se um volume de formação de 8.483 horas.

Relatório de Gestão – Exercício de 2012

I.3 Enquadramento Económico-Financeiro

I.3.1- Principais Aspetos Financeiros

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercer o, mantém-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS). Assim, em termos de situação final de 2012 da formação cofinanciada e comparando-a a igual período do exercício anterior, a situação a 31 de Dezembro apresenta a seguinte expressão:

QUADRO I - A

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

CURSOS PROFISSIONAIS – TIPOLOGIA 1.2/POPH

	2012	2013
Despesa Executada do período Janeiro-Agosto	902.815,86 €	874.347,64 €
Despesa Executada do período Setembro-Dezembro	527.524,92 €	463.998,60 €
Total	1.430.340,78 €	1.338.346,24 €
Reembolsos Pagos	975.562,20 €	844.590,24 €
Valor Total por Reembolsar	454.778,58 €	493.756,00 €

QUADRO I - B

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

CURSOS DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO - TIPOLOGIA 1.3/POPH

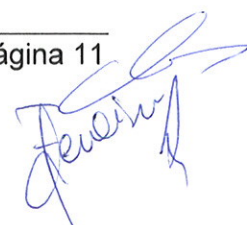
	2012	2011
Despesa Executada do período Janeiro-Agosto	119.449,29 €	127.951,96
Despesa Executada do período Setembro-Dezembro	65.572,78 €	61.660,20
Total	185.022,01 €	189.612,16
Reembolsos Pagos	126.908,89 €	119.649,85
Valor Total por Reembolsar	58.113,18 €	69.962,31 €

QUADRO 1 - C

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES (RVCC) - TIPOLOGIA 2.1/POPH

	2012	2011
Despesa Executada do período Janeiro-Dezembro	255.252,30 €	339.361,11 €



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

Reembolsos Pagos	212.620,81 €	139.705,82 €
Valor Total por Reembolsar	42.631,49 €	199.655,29 €

QUADRO 1 – D

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

CURSOS EFA - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS -
TIPOLOGIA 2.2/POPH

	2012	2011
Despesa Executada do período Janeiro - Dezembro	120.035,87 €	330.618,04 €
Reembolsos Pagos	120.035,87 €	237.879,29 €
Valor Total por Reembolsar	0 €	92.738,75 €

QUADRO 1 - E

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

FMC - FORMAÇÕES MODULARES CERTIFICADAS – TIPOLOGIA
2.3/POPH

	2012	2011
Despesa Executada do período Janeiro - Dezembro	39.908,03 €	0 €
Reembolsos Paçios	39.908,03 €	0 €
Valor Total por Reembolsar	0 €	0 €

QUADRO I-F

SITUAÇÃO FINAL DE REEMBOLSOS POR RECEBER

	2012	2011
Reembolsos POPH 1.2-C. Profissionais	454.778,58 €	493.756,00 €
Reembolsos POPH 1.3 - C. Educação-Formação	58.113,18 €	69.962,31 €
Reembolsos POPH 1.5 - Kit Tecnológico	0 €	34.774,30 €
Reembolsos POPH 2.1 - RVCC/CNO	42.631,49 €	199.655,29 €
Reembolsos POPH2.2-C. EFA	0 €	92.738,75 €
Reembolsos POPH2.3-FMC	0 €	0 €
SITUAÇÃO FINAL		
Reembolsos a Favor da EPF	555.523,25 €	890.886,65 €

EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

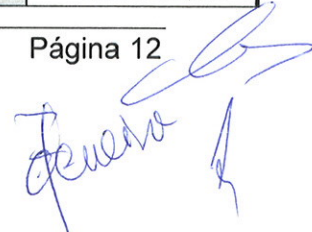
SEDE: Rua dos Bombeiros Voluntários, 104- 4610-165 Felgueiras

N.º DE CONTRIBUINTE: 504 575 848

CAPITAL SOCIAL: 376.000,00 Euros

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras sob o nº 504 575 848

Página 12



Relatório de Gestão – Exercício de 2012

1.3.2 -Análise de Custos e Proveitos

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta "Fornecimentos e Serviços Externos": cujo total era:

Em 2012: 884.033,47€

Em 2011: 961.240,76 €

Mapa de análise Comparativa de Rúbricas/custos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2012	2011	
Livros e Documentação Técnica (2)	1.778.75 €	5.703,04 €	- 68,81 %
Rendas e Alugueres (2)	13.299,99 €	29.141,52 €	- 54,36 %
Honorários (2)	238.040,46 €	307.687,81 €	-22,64 %
Serviços Especializados (1)	37.502,26 €	35.130,15 €	- 6, 75 %
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos (1)	57.600,90 €	60.234,56 €	- 4,37 %
Alimentação - Formandos (1)	225.258,33 €	244.332,48 €	-7,80 %

Nota (1) - Variações consideráveis

Nota (2) - Variações mais significativas

Da análise do quadro anterior, ressalta um contexto generalizado de variações negativas, consequência direta da significativa diminuição da atividade formativa, em especial dos projetos inerentes ao eixo prioritário 2 do POPH - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (Tipologias 2.1/Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e 2.2/ EFA - Educação e Formação de Adultos).

1.4 Principais Investimentos

A maior estabilidade do contexto financeiro permitiu neste ano a retoma do plano regular de investimento em instalações, equipamentos e tecnologias, visando responder às necessidades de atualização constante dos recursos técnicos e tecnológicos disponíveis para a manutenção da qualidade da oferta formativa .

Neste domínio, há a referir que do investimento total efetuado no ano civil, que ascendeu ao montante de 91.640,28 Euros, 54% destinaram-se à aquisição de Monoblocos pré-fabricados para manutenção das condições de acolhimento das turmas e os restante 46% destinaram-se à aquisição de equipamento específico para os cursos, em particular para reforço de apetrechamento dos espaços oficiais de Energias Renováveis e Design de Moda.

II – Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício e Perspetivas de Evolução – Ano 2013

A sócia maioritária aprovou nos órgãos competentes, uma proposta de dissolução da sociedade.

Em função desta deliberação, a EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda., entrou por força do nº1 do artigo 146º do Código das Sociedades Comerciais, em dissolução e de imediato em processo de liquidação, mantendo no entanto a sua personalidade jurídica de acordo com o nº 2 desse artigo 146º, e continuando sem interrupções a desenvolver normalmente a sua atividade nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 152º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais se comunicou que a liquidação da EPF Lda, pode a qualquer momento ser terminada por deliberação dos sócios, quer através da venda dos 99% do seu capital social que são detidos pelo Município de Felgueiras, quer pela sua integração na nova empresa municipal que está em processo de constituição (cfr artigo 161º do Código das Sociedades Comerciais).

Encontra-se assim a sociedade regularmente constituída e devidamente registada, continuando em pleno processo de liquidação, podendo continuar a desenvolver regularmente a sua atividade até que venha a ser integrada numa nova empresa municipal que lhe sucederá em todos os seus direitos e deveres ou até que sejam vendidos os 99% do seu capital social que são ainda detidos pelo Município de Felgueiras.

Releva-se igualmente que em reunião de Assembleia Geral da sociedade, realizada nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2013, que aprovou a dissolução, foi igualmente aprovada a nomeação de 2 novos gerentes para a sociedade.

Relatório de Gestão – Exercício de 2012

III – Proposta de Aplicação de Resultado

Nos termos dos artigos 65 e 66 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

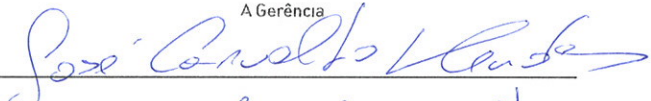
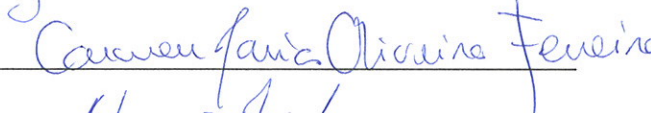
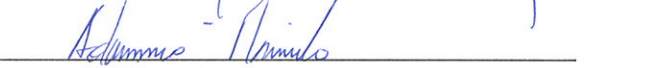
1- Dos resultados do exercício que apresentam um saldo positivo, no valor de 15.691,89€ (Vinte sete mil trezentos e sessenta e seis euros e cinco cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

1.1 784,59€ (Setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos) para Reserva Legal (5% - artºs 218 e 295 do Código das Sociedades Comerciais).

1.2 14.907,30€ (Catorze mil novecentos e sete euros e trinta cêntimos) para Resultados Transitados.

Felgueiras, 5 de junho de 2014


Gerência,
Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

ANEXO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012



Felgueiras

NOTA INTRODUTÓRIA

Identificação da entidade

Firma: EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

Sede: Rua dos Bombeiros Voluntários – 4610-165 Felgueiras

Natureza da actividade: Ensino Técnico/Profissional

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.3 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



2.4 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

2.5 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

2.6 - Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Dá-se conhecimento que no período de 2011, foi aplicado um coeficiente de aceleração sobre a taxa de depreciação em consequência da sobreutilização dos equipamentos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

2.7 – Intangíveis

a) Intangíveis adquiridos separadamente

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.8 - Imparidade de activos

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram,

sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

2.9 – Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

2.10 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

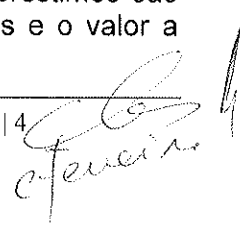
Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a





pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

2.11 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, adequadas à preparação das Demonstrações numa óptica de continuidade.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

Numa ótica de liquidação não se estima que o justo valor dos activos fixos tangíveis seja substancialmente diferente do valor contabilístico líquido.

Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas.

2.12 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.13 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

2.14 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessão do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3. CORRECÇÕES DE ERROS E ESTIMATIVAS

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Numerário	857,13	396,88
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	37.406,97	
Aplicações de tesouraria		
	38.264,10	396,88

5. PARTES RELACIONADAS

Transacções e saldos com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas, são os seguintes:

31/12/2012									
	Aquisição de serviços	Compras de activos fixos	Prestações de serviços	Vendas de activos fixos	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Vendas de activos fixos	Juros obtidos	Empréstimos concedidos
Subsidiárias									
Associadas									
Outras partes relacionadas									
31/12/2011									
	Aquisição de serviços	Compras de activos fixos	Prestações de serviços	Vendas de activos fixos	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Vendas de activos fixos	Juros obtidos	Empréstimos concedidos
Subsidiárias									
Associadas									
Outras partes relacionadas	2.658,26				4.800,00				
	2.658,26				4.800,00				

Os valores mencionados referem-se a transacções com a Câmara Municipal de Felgueiras, detentora de 99,26% do capital social.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2012					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Activo Bruto					
Saldo inicial			9.457,98		9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Aquisições					
Alienações					
Saldo final			9.457,98		9.457,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial			-9.457,98		-9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Amortizações do exercício			-9.457,98		-9.457,98
Saldo final			-9.457,98		-9.457,98
Activos líquidos			0,00		0,00
31/12/2011					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Activo Bruto					
Saldo inicial			9.457,98		9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Aquisições					
Alienações					

Saldo final	9.457,98	9.457,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial		
Ajustamentos de conversão	-9.457,98	-9.457,98
Amortizações do exercício		
Saldo final	-9.457,98	-9.457,98
Activos líquidos	0,00	0,00

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2012								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso
Activo Bruto								
Saldo inicial		61.590,53	653.264,50	90.355,79		60.239,89	88.023,71	953.474,42
Aquisições		49.556,70	33.831,82			5.285,00	2.966,76	91.640,28
Alienações								
Transferências e abates								
Regularizações								
Saldo final		111.147,23	687.096,32	90.355,79		65.524,89	90.990,47	1.045.114,70
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		54.311,80	589.360,16	65.502,88		54.955,51	84.551,25	848.681,60
Depreciações do exercício		5.470,60	60.052,66	12.693,20		3.515,34	1.531,90	83.263,70
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Regularizações								
Saldo final		59.782,40	649.412,82	78.196,08		58.470,85	86.083,15	931.945,30
Activos líquidos		51.364,83	37.683,50	12.159,71		7.054,04	4.907,32	113.169,40

31/12/2011								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso
Activo Bruto								
Saldo inicial		61.590,53	650.847,74	72.291,69		60.239,89	88.023,71	932.993,56
Aquisições			2.416,76	18.064,10				20.480,86
Alienações								
Transferências e abates								

Regularizações						
Saldo final	61.590,53	653.264,50	90.355,79	60.239,89	88.023,71	953.474,42
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	51.556,65	521.590,17	52.220,00	52.013,28	82.056,72	759.436,82
Depreciações do exercício	2.755,15	67.769,99	13.282,88	2.942,23	2.494,53	89.244,78
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências e abates						
Regularizações						
Saldo final	54.311,80	589.360,16	65.502,88	54.955,51	84.551,25	848.681,60
Activos líquidos	7.278,73	63.904,34	24.852,91	5.284,38	3.472,46	104.792,82

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- O aumento verificado na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" refere-se essencialmente à aquisição de dois monoblocos.
- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor dos activos e o seu valor contabilístico.

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	445,45		445,45	1.213,38		1.213,38
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	445,45		445,45	1.213,38		1.213,38

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor dos inventários e o seu valor contabilístico.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 30 de Dezembro de 2011 é detalhado conforme segue:

31/12/2012		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Total		
Saldo inicial	1.213,38	1.213,38
Compras	11.972,70	11.972,70
Regularizações		
Saldo final	445,45	445,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.740,63	12.740,63

31/12/2011		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Total		
Saldo inicial	1.249,03	1.249,03
Compras	15.613,76	15.613,76
Regularizações		
Saldo final	1.213,38	1.213,38
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.649,41	15.649,41

9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

31/12/2012					
Subsidio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rébito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.430.340,78	975.562,20	454.778,58	1.430.340,78	
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	185.022,07	126.908,89	58.113,18	185.022,07	
POPH – Tipologia 2.1 Centro Novas Oportunidades	255.252,30	212.620,81	42.631,49	255.252,30	
POPH – Tipologia 2.2 Educação e Formação de Adultos	120.035,87	120.035,87	0,00	120.035,87	
POPH – Tipologia 2.3 Formações Modulares Certificadas	39.908,03	39.908,03	0,00	39.908,03	
	2.030.559,05	1.475.035,80	555.523,25	2.030.559,05	

a) Montante antes de imposto sobre o rendimento

b) Os valores recebidos são reconhecidos como rébito, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

31/12/2011					
Subsidio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rébito acumulado	Montante por utilizar a)
POPH – Tipologia 1.5 Subsídios ao Investim. b)			34.774,30		14.206,22
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.338.346,24	844.590,24	493.756,00	1.338.346,24	
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e	189.612,16	119.649,85	69.962,31	189.612,16	

Formação

POPH – Tipologia 2.1 Centro Novas Oportunidades	339.361,11	139.705,82	199.655,29	339.361,11
POPH – Tipologia 2.2 Educação e Formação de Adultos	330.618,04	237.879,29	92.738,75	330.618,04
	2.197.937,55	1.341.825,20	890.886,65	2.197.937,55

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor das dívidas a receber e o seu valor nominal.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 25,00%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes de impostos	26.242,70	38.395,87
Taxa nominal de imposto	25%	20%
	6.560,68	7.679,17
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	-1.363,16	-1.109,67
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas	1.185,95	457,37
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	2.368,69	2.293,60
Ajustamentos à colecta – derrama	383,01	351,34
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	9.135,17	9.671,82
Taxa efectiva de imposto	34,81%	25,19%
Imposto corrente	9.135,17	9.671,82
Imposto diferido gerado no exercício	1.415,64	1.358,00
	10.550,81	11.029,82

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mais valias contabilísticas diferidas				

Perdas de imparidade e provisões
Ajustamentos de conversão
Reavaliações
Subsídios do governo
Benefícios Fiscais



1.112,29	2.527,93	2.841,25
<u>1.112,29</u>	<u>2.527,93</u>	<u>2.841,25</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2009 a 2012 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de terceiros	570.001,95	1.075.355,40
Caixa e seus equivalentes	38.264,10	396,88
	<u>608.266,05</u>	<u>1.075.752,28</u>
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores	14.705,41	93.292,07
Outras contas a pagar a terceiros	287.270,69	287.608,67
	<u>301.976,10</u>	<u>380.900,74</u>

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.



Risco de crédito

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2012, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 é detalhada conforme segue:

Clientes	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido						
Vencido:						
0-30 dias	492,00		492,00			
30-90 dias	2.591,84		2.591,84	1.008,60		1.008,60
90-180 dias						
180-360 dias						
> 360 dias	2.541,00	2.541,00		7.341,00	2.541,00	4.800,00
	5.624,84	2.541,00	3.083,84	8.349,60	2.541,00	5.808,60

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida. A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional.

Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de "Outros activos financeiros" apresentava a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Não vencido	9.614,25	47.927,86
Vencido:		
0-30 dias	5.036,61	26.365,46
30-90 dias	54,55	18.998,75
90-180 dias		
180-360 dias		
> 360 dias		

Instrumentos de capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital da empresa era constituído por duas quotas:

- Uma de 372.240,00€ pertencente à Câmara Municipal de Felgueiras.
- Outra de 3.760,00€ pertencente a Paula Cristina Moreira Marques Dantas.

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2012	31/12/2011
Subs. ao invest. POPH -1.5		
Outros Gastos a Reconhecer	11.355,27	12.986,86
	11.355,27	12.986,86
DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2012	31/12/2011
	0,00	0,00
	0,00	0,00

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Adiantamentos a fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos de clientes		
Adiantamentos a fornecedores		406,00
		406,00

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	4.918,80			
Pagamentos especiais por conta	1.000,00		1.000,00	
Estimativa de imposto		9.135,17		9.957,00
Retenção na fonte				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		10.998,49		24.033,72
Imposto sobre o valor acrescentado		576,65		131,10

5.918,80	41.811,76	1.000,00	71.400,21
----------	-----------	----------	-----------

15. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados
Vendas:						
Mercadorias						
Produtos acabados						
Prestações de serviços:						
Rec.Próprias Secretaria				2.750,00		
Rec.Projetos Formação						
Receitas - Gtek	2.507,19			2.162,00		
	2.507,19			4.912,00		

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Serviços especializados:</u>		
Trabalhos especializados	37.502,26	35.130,15
Publicidade e propaganda	9.181,95	12.170,31
Vigilância e segurança	1.845,00	1.736,81
Honorários	238.040,46	307.687,81
Outras comissões		
Conservação e reparação	28.882,57	7.200,43
Outros serviços especializados	1.379,50	195,49
Materiais	83.887,52	86.424,74
Energia e fluidos	9.219,39	9.455,58
Deslocações, estadas e transportes	150.967,31	150.229,55
<u>Serviços diversos:</u>		
Rendas e alugueres	13.299,99	29.141,52
Comunicação	19.258,14	21.432,83
Seguros	5.183,38	5.356,62
Despesas de representação	348,10	890,35
Contencioso e notariado	400,09	409,52
Limpeza, higiene e conforto	6.510,25	7.669,87
Outros serviços	278.127,56	286.109,18
	884.033,47	961.240,76

17. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Remunerações dos órgãos sociais	45.828,99	41.160,03
Remunerações do pessoal	733.497,85	794.975,54
Indemnizações	53.751,22	0,00
Encargos sobre remunerações	157.582,81	168.475,62
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.040,41	11.521,60
Gastos de acções social	1.018,73	1.618,50
Outros	1.397,85	481,13
	1.004.117,86	1.018.232,42

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 3.000,00€.

Nº de trabalhadores ao serviço: 46

18. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Intangíveis (Nota 6)		
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	83.263,70	89.244,78
	83.263,70	89.244,78

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Rendimentos suplementares	13.592,14	19.294,19
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento	172,20	4,40
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis		
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	22.456,75	22.861,59
	36.221,09	42.160,18

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos e taxas	677,13	2.424,31
Dívidas incobráveis	4.800,00	
Perdas em inventários		
Donativos		
Quotizações	2.017,84	1.647,84
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	627,17	1.101,47

3.525,82	
11.647,96	5.173,62

21. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	8.348,92	11.481,49
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos	290,56	83,91
	8.639,48	11.565,40
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	8.639,48	11.565,40

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito		
Outros financiamentos concedidos	346,66	0,00

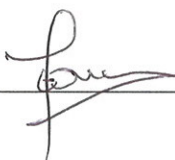
23 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência em 05.06.2014.

Entre a data de balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data de Balanço. Conforme já referido no Relatório de Gestão, foi deliberada em Assembleia Geral a dissolução da sociedade, mas este facto não foi considerado materialmente relevante, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que da referida decisão incorpora um compromisso do Município de Felgueiras de que as actividades desta Escola passarão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma nova empresa municipal que irá ser constituída antes do registo da liquidação da EPF.

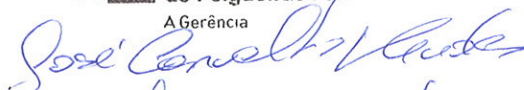
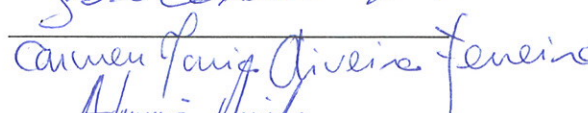
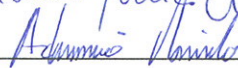
Felgueiras, 5 de Junho de 2014

O Técnico Oficial de Contas





Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Entidade: E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.
BALANÇO INDIVIDUAL em Dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		Dezembro 2012	Dezembro 2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5/2.8/2.11	113.169,40	104.792,82
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos	2.5/2.11/1	1.112,29	2.527,93
		114.281,69	107.320,75
Activo corrente			
Inventários	2.9/8	445,45	1.213,38
Activos biológicos			
Clientes	2.10/11	3.083,84	5.808,60
Adiantamentos a fornecedores	13		406,00
Estado e outros entes públicos	14	5.918,80	1.000,00
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	2.10/11	566.918,11	1.069.546,80
Diferimentos	2.13/12	11.355,27	12.986,86
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	2.10/4/11	38.264,10	396,88
		625.985,57	1.091.358,52
		740.267,26	1.198.679,27
Total do activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Acções (quotas) próprias	11	376.000,00	376.000,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		2.105,19	736,89
Outras reservas			
Resultados transitados	3	2.682,32	(23.315,43)
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	2.4		11.364,97
		380.787,51	364.786,43
Resultado líquido do período		15.691,89	27.366,05
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		396.479,40	392.152,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	2.15/18		
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Passivos por impostos diferidos	2.5/2.11/1		2.841,25
Outras contas a pagar	2.10/11		3.800,00
			6.641,25
Passivo corrente			
Fornecedores	2.10/11	14.705,41	93.292,07
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	41.811,76	71.115,03
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	2.10		351.669,77
Outras contas a pagar	2.10/11	287.270,69	283.808,67
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		343.787,86	799.885,54
Total do passivo		343.787,86	806.526,79
Total do capital próprio e do passivo		740.267,26	1.198.679,27

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matricula
504 575 848

Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Jose Carlos Kande
Carla Maria Oliveira
Américo Amado

Entidade: E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em Dezembro de 2012

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODOS	
		Dezembro 2012	Dezembro 2011
Vendas e serviços prestados	2.2/15	2.507,19	4.912,00
Subsídios à exploração	2.4/9	1.991.610,86	2.092.430,08
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	8	-12.740,63	-15.649,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-884.033,47	-961.240,76
Fornecimentos e serviços externos	17	-1.004.117,86	-1.018.232,42
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	18		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	36.221,09	42.160,18
Outros gastos e perdas	21	-11.647,96	-5.173,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		117.799,22	139.206,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-83.263,70	-89.244,78
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.535,52	49.961,27
Juros e rendimentos similares obtidos	22	346,66	-11.565,40
Juros e gastos similares suportados	2.3/22	-8.639,48	
Resultado antes de impostos		26.242,70	38.395,87
Imposto sobre o rendimento do período	2.5/10	-10.550,81	-11.029,82
Resultado líquido do período		15.691,89	27.366,05

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		15.691,89
---	--	------------------

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matricula
504 575 848

Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Jose' Goncalves Lages
Carminha Oliveira Ferreira
Alameda

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Dez-12

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		1.008,60	3.903,40
Pagamentos a Fornecedores		(974.186,83)	(1.104.422,49)
Pagamentos ao Pessoal		(998.157,09)	(884.903,76)
Caixa gerada pelas operações		(1.971.335,32)	(1.985.422,85)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(14.590,62)	(5.470,20)
Outros recebimentos/pagamentos		2.474.830,17	1.682.328,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		488.904,23	(308.564,86)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		(91.640,28)	(28.241,38)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(91.640,28)	(28.241,38)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			351.669,77
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		346,66	
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(351.103,91)	
Juros e gastos similares		(8.639,48)	(11.565,40)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(359.396,73)	340.104,37
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		37.867,22	3.298,13
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		396,88	3.695,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38.264,10	396,88

O TECNICO OFICIAL CONTAS



ENSINO Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Jose Carlos Felgueiras
Carmin Garcia Oliveira
Alfonso Almeida

Entidade: EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	376.000,00				736,89		-23.315,43			11.364,97	27.366,05	392.152,48		392.152,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revaloriz. de activos fixos tang. e intangíveis															
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tang. e intang. e respect. variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7					1.368,30		25.997,75			-11.364,97	-27.366,05	-11.364,97		-11.364,97
RESULTADO INTEGRAL	8					1.368,30		25.997,75			-11.364,97	-27.366,05	-11.364,97		-11.364,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8											15.691,89	15.691,89		15.691,89
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações												-11.674,16	4.326,92		4.326,92
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	376.000,00				2.105,19		2.682,32			0,00	15.691,89	396.479,40		396.479,40

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matricula
504 575 848



Ensino Profissional
de Felgueiras Lda

A Gerência

*Jose Carlos Vaz de
Carvalho Oliveira
Almeida*



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de balanço de 740.267 euros e um total de capital próprio de 396.479 euros, incluindo um resultado líquido de 15.692 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita na reserva abaixo indicada, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



RESERVA

7. Na sequência da Lei 50/2012, de 31 de agosto, fazendo cumprir o que dispõe o seu artigo 62º, foi, em 28 de Fevereiro de 2013, deliberado pelo Município de Felgueiras, a dissolução da sociedade.

Tendo por base tal deliberação, considerando que as contas reportadas a 31 de Dezembro de 2012, foram elaboradas numa perspetiva de continuidade, foi emitida uma certificação legal das contas adversa, datada de 6 de Junho de 2013, considerando a necessidade de constituir uma provisão de 499.000€, para fazer face às responsabilidades relativas aos direitos laborais adquiridos pelos quadros da Empresa.

Nesse contexto, não foram então as contas aprovadas, tendo, posteriormente, em 17 de Janeiro de 2014, em assembleia geral, sido deliberado proceder à elaboração de novas contas relativas ao exercício de 2012.

A proposta aprovada referia que as atividades passariam, no futuro, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma nova entidade que deverá ser constituída antes do registo de liquidação.

No sentido de melhor esclarecer o enquadramento de tal deliberação e o alcance das disposições legais agora aplicáveis, posteriormente solicitámos parecer jurídico sobre esta matéria, tendo o mesmo concluído quanto à força jurídica obrigatória e executiva de tal deliberação, assumindo essa uma função definitiva e imperativa para o Município, para a Empresa e para terceiros. Consequentemente, segundo tal parecer, perante as condições estabelecidas na deliberação, estará garantida a continuidade da atividade da escola profissional, bem como a manutenção dos postos de trabalho que, naquelas condições e de acordo com o artigo 285º do Código do trabalho, virão a ser inseridos numa nova entidade institucional.

Com base em tal posterior entendimento jurídico, decidiu a gerência apresentar aos sócios novas contas, cuja expressão numérica, designadamente o balanço e a demonstração de resultados, coincide com as contas inicialmente propostas para apreciação dos sócios.

Nestas circunstâncias, não nos é possível determinar o efeito nas contas das consequências da deliberação tomada pelo Município, com a natureza e as condições aí expressamente referenciadas, em especial, no que diz respeito à necessidade de proceder à constituição da provisão de cerca de 499.000€, para fazer face às eventuais responsabilidades associadas à totalidade dos direitos laborais em causa.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita na reserva acima indicada,, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, numa óptica de continuidade de exploração, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda.**, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, temos a observar que, como vimos, de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Felgueiras, as atividades da Escola Profissional passarão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma outra entidade antes do registo da liquidação desta sociedade por quotas "Ensino Profissional de Felgueiras, Lda". Nesses termos, apesar da previsível extinção desta, as suas contas foram preparadas com a perspectiva de transferência de todos os ativos e passivos, direitos e obrigações para essa nova entidade, pelo que as demonstrações financeiras da sociedade, numa óptica de liquidação, não difeririam significativamente, atenta a reserva por limitação de âmbito acima expressa, das demonstrações financeiras agora apresentadas pela gerência, numa óptica de continuidade de exploração.

Porto, 11 de junho de 2014

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)